



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

Decreto n° 078/2008

“Aprova o regulamento para a modalidade de Licitação denominada Pregão, pra aquisição de bens e serviços comuns, no Município de Cidreira.”

ROBERTO CÉSAR PIRES CAMARGO, PREFEITO MUNICIPAL DE CIDREIRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e Lei Federal n. 10520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, na forma dos Anexos I e II a este Decreto, o Regulamento para a modalidade de licitação denominada PREGÃO, no âmbito do Município de Cidreira, para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDREIRA, EM 30 DE JULHO DE 2008.

ROBERTO CÉSAR PIRES DE CAMARGO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ROGÉRIO M. MACHADO CARDOSO
Secretário de Administração



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

ANEXO I

REGULAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO

Art. 1º- Este regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Cidreira, qualquer que seja o valor estimado.

Art. 2º- Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 3º- Os contratos celebrados pelo Município de Cidreira, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, sempre que possível, de acordo com a análise prévia feita pelo setor responsável pelas contratações, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

§ 1º- Dependerá de regulamentação específica a utilização de recursos eletrônicos ou de tecnologia da informação para a realização de licitação na modalidade de pregão.

§ 2º- Consideram-se bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, de acordo com o disposto no Anexo II.

§ 3º- Consideram-se serviços comuns os que não se encontram arrolados no art. 13 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

Art. 4º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município de Cidreira, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º- A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e, subsidiariamente, pela legislação das locações.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º- Ao Prefeito Municipal, ou ao Secretário Municipal de Administração, especialmente designado, cabe:

- I** – determinar a abertura de licitação;
- II** – designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III** – decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e
- IV** – homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Art. 8º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

I – a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II – o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pelo Município, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

III – a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito do Município, deverá:

- a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas, de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com termo de referência elaborado pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;
- b) justificar a necessidade da aquisição;
- c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento; e
- d) designar, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;
- e) constarão dos autos a motivação de cada um dos atos especificados no inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pelo Município; e
- f) para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 9º- As atribuições do pregoeiro incluem:



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

- I) o credenciamento dos interessados;
- II) o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III) a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
- IV) a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V) a adjudicação da proposta de menor preço;
- VI) a elaboração de ata;
- VII) a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII) o recebimento dos recursos interpostos, exame e o encaminhamento ao Prefeito Municipal ou ao Secretário da Administração, para julgamento;
- IX) o encaminhamento do processo devidamente instruído, após adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 10. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo do Município, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observarão as seguintes regras:

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

- a) para bens e serviços até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):
 - 1. Imprensa oficial do Município;
 - 2. Quadro de avisos da Prefeitura;
 - 3. Página oficial do Município na INTERNET



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

b) para bens e serviços até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1. Diário Oficial do Estado;
2. Jornal de circulação Estado;
3. Imprensa oficial do Município ;
4. Quadro de avisos da Prefeitura;
5. Página oficial do Município na INTERNET;

b) para bens e serviços superiores a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

1. Diário Oficial do Estado;
2. Jornal de grande circulação no Estado;
3. Imprensa oficial do Município
4. Quadro de avisos da Prefeitura; e
5. Página oficial do Município na INTERNET.

II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

III - o edital fixará prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas, contados da última publicação do aviso;

IV - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

V - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

- VI** - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;
- VII** - quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;
- VIII** - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
- IX** - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, até a proclamação do vencedor;
- X** - o desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- XI** - caso não sejam ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- XII** - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- XIII** - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

condições de habilitação, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

- XIV.-** constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
- XV -** se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;
- XVI -** nas situações previstas nos incisos XI, XII e XV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- XVII -** a manifestação da intenção de interpor recursos será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar as razões de recurso no prazo de 03 (três) dias úteis;
- XVIII -** o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- XIX -** o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- XX -** decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;
- XXI -** como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

XXII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XV e XVI deste artigo;

XXIII - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXII;

XXIV - o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 12. A impugnação ao edital do pregão obedecerá o disposto no art. 41 da Lei 8.666/93.

Art. 13- Para habilitação dos licitante, será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral para a Administração, relativo à:

- I** - habilitação jurídica;
- I.** qualificação técnica;
- II.** qualificação econômico-financeira;
- III.** regularidade fiscal; e
- IV.** cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Parágrafo único- A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral emitido pelo Município de Cidreira.

Art. 14- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

da ampla defesa, serão penalizados com advertência, multa, suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Cidreira e declaração de inidoneidade, devendo estas ser fixadas pelo instrumento convocatório de forma proporcional à gravidade do ato praticado.

Art. 15- É vedada a exigência de:

I – garantia de proposta;

II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 16- Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramento.

Parágrafo único- O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 17 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I – deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Município;



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

- II** – cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
- III** – a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
- IV** – para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;
- V** – as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
- VI** – as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato; e
- VII** – no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo único- Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 18 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º- A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 19 - Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos, dele decorrentes, no exercício financeiro em curso.

Art. 20 - O Município publicará, na imprensa oficial, o extrato dos contratos celebrados, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Art. 21- Os atos essenciais do pregão, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

- I** – justificativa da contratação;
- II** – termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativa de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
- III** – planilhas de custo;
- IV** – garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
- V** – autorização de abertura da licitação;
- VI** – designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII** – parecer jurídico;
- VIII** – edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- IX** – minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- X** – originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
- XI** – ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

XII – comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 22 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo órgão jurídico do Município.

Cidreira, 30 de julho de 2008.

Roberto César Pires Camargo
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

BENS COMUNS

1. Bens de Consumo

- 1.1 Água mineral, refrigerante e suco
- 1.2 Combustível e lubrificante
- 1.3 Gás
- 1.4 Gênero alimentício
- 1.5 Material de expediente
- 1.6 Material hospitalar e de laboratório
- 1.7 Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos
- 1.8 Material de limpeza e conservação
- 1.9 Oxigênio
- 1.10 Uniforme

2. Bens Permanentes

- 2.1 Mobiliário
- 2.2 Equipamentos em geral, exceto bens de informática
- 2.3 Utensílios de uso geral, exceto de informática
- 2.4 Veículos automotivos em geral

SERVIÇOS COMUNS

1. Serviços de Apoio à Atividade de Informática

- 1.1 Digitação
- 1.2 Manutenção



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Cidreira
Secretaria de Administração

2. Serviços de Assinaturas

2.1 Jornal

2.2 Periódico

2.3 Revista

2.4 Internet via satélite

2.5 Internet a cabo

3. Serviços Gráficos

4. Serviços de Limpeza e Conservação

5. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis

6. Serviços de Manutenção de Bens Móveis

7. Serviços de Reprografia

8. Serviços de Seguro Saúde

9. Serviços de Telefonia Fixa

10. Serviços de Telefonia Móvel

11. Serviços de Vale Refeição